

Considerações scriptológicas em torno de um pequeno corpus notarial medieval

Marta Afonso

Universidade de Santiago de Compostela
Centro de Linguística da Universidade do Porto¹

Abstract

In this paper, we study a small corpus of notarial documents (from 1286 to 1305), exploring three graphematic aspects considered interested for the characterization of Portuguese medieval “scripta”: the use of <nh>/<lh> to represent palatal lateral and nasal consonants; ii) the representation of fricatives sounds; iii) the status of nasal vowels and how to graphically mark nasalization. For each feature, we discuss possible phonological inferences.

Keywords: Historical linguistics; medieval Portuguese; graphematics; sibilant and palatal consonants; nasal vowels

Palavras-chave: Linguística histórica, português medieval, grafemática, sibilantes, palatais, vogais nasais

1. Introdução

Este trabalho pretende analisar algumas características grafemáticas de um pequeno grupo de documentos notariais avulsos (trinta documentos, editados em Afonso, 2010) provenientes do fundo do Mosteiro de Arouca (núcleo documental hoje custodiado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo), com diferentes locais de produção e datados entre 1286 e 13052. O período focado situa-se na curva final de um processo de habilitação e sistematização do galego-português, que vai substituindo o latim nos círculos oficiais/públicos. Apesar da configuração de um novo sistema de representação do romance, a *scripta* dos documentos é ainda caracterizada por uma extrema diversidade, num processo longo em que coexistem resultados inovadores e arcaizantes (Souto Cabo,

¹Unidade FCT: PEst-OE/LIN/UI0022/2011. Este estudo insere-se parcialmente no âmbito da bolsa de doutoramento, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia: SFRH/ BD/ 76605/ 2011.

²As características deste corpus são detalhadamente apresentadas em Afonso, 2010. Note-se que, apesar da comum proveniência arquivística, os manuscritos não são todos produzidos na região de Arouca ou dizem diretamente respeito à vida do Mosteiro, ainda que estes sejam os mais numerosos no corpus. Naturalmente, a multiplicidade de origens (geográficas e institucionais) dos documentos e dos notários que os assinam tem de ser levada em consideração na hora de avaliar as características linguísticas/grafemáticas destes textos.

2004: 373). Os textos aqui estudados, situando-se já na passagem para o século XIV, apresentam também uma evidente variabilidade gráfica e as hesitações e oscilações típicas desta fase de consolidação da escrita românica.

É nesse âmbito que se pretende avaliar algumas das soluções gráficas recolhidas, centrando-nos na descrição de três aspetos considerados pertinentes para a caracterização da *scripta* do período: i) a representação de consoantes palatais: lateral e nasal; ii) a grafia de consoantes fricativas sibilantes; iii) a marcação da nasalidade vocálica. Para cada item, discutimos as possíveis implicações fonológicas que as grafias podem indiciar. Naturalmente, estamos conscientes das limitações que um corpus desta natureza (tamanho e pouca representatividade geográfica) impõe no momento de tirar conclusões generalizantes ou encontrar sistematizações. Tentaremos por isso, ter sempre em consideração as conclusões dos linguistas a partir da análise de corpora mais vastos.

2. Representação das consoantes palatais /ʎ/ e /ɲ/

O primeiro dos aspetos aqui estudados será talvez o mais consensual de um ponto de vista estritamente linguístico. No entanto, reveste-se de uma carga simbólica e identitária, e ajuda a ilustrar o processo de introdução de novas grafias no percurso de “romanização” dos documentos notariais.

De facto, como assinalou Lindley Cintra (1963: 61 e 65), a introdução das grafias <nh> e <lh> para a representação de /ɲ/ e /ʎ/ viria a representar um (o primeiro) traço de autonomia e individualização da *scripta* portuguesa em relação aos domínios linguísticos romances ibéricos, castelhanos e leoneses, e também, a partir de certo momento, da tradição galega. A sua penetração nos hábitos de escrita em território português é habitualmente atribuída à reforma “ortográfica” que se produziu na Chancelaria de D. Afonso III, sendo a sua origem geralmente associada à influência provençal.³

Podemos considerar, *grosso modo*, os meados da década de '60⁴ do século XIII como o momento do aparecimento das primeiras grafias deste género. E, tal como indica Lindley Cintra, o modelo emanado da chancelaria não tardaria a ser seguido pelos tabeliães da região de Lisboa, tendo atingido, em ritmos diversos, as práticas escriturais do resto do território: os notários do Alentejo e Algarve adotaram rapidamente as novas

³ L. F. Lindley Cintra percorre algumas das teorias sobre a origem da grafia, e enumera os argumentos que tornam, na sua opinião, “indiscutable la thèse de l’origine provençale” a partir da influência da literatura e dos trovadores provençais, provavelmente associada à das chancelarias (Cintra, 1963: 65). José António Souto Cabo parece admitir (sem excluir a proposta de Cintra) uma outra hipótese para a origem dos dígrafos, que seriam “consequência de uma extensão analógica de <h> por /i/ com um valor meramente gráfico”, como nos usos também muito documentados de <mh>, <vh>, <bh>, por /mi/, /vi/, /bi/ (Souto Cabo, 2002: 375, nota 19).

⁴ Também a cronologia da entrada destas grafias tem tido sido alvo de propostas diferentes, nomeadamente na identificação da sua mais antiga atestação. Para uma discussão mais aprofundada dessa questão, veja-se Souto Cabo, 2004: 370.

representações; nos *scriptoria* do norte, a inovação encontrou maior resistência (Cintra, 1963: 66-68).

Nos manuscritos de que aqui nos ocupamos, produzidos no final do século XIII e nos primeiros anos do século XIV, e maioritariamente provenientes de regiões a norte de Lisboa, parece já haver um uso bastante uniforme das novas grafias. Naturalmente, os antigos sistemas de representação não foram imediatamente substituídos, coexistindo as práticas tradicionais com os novos recursos, fenómeno atestado em todo o nosso corpus.

2.1 Representação da lateral palatal /ʎ/

Nos documentos analisados, tal como se apresenta no quadro 1, a lateral palatal é largamente representada pelo grafema complexo <lh> (86%). São bastante minoritárias as soluções <ll> e <l>, recursos muito comuns nos textos castelhano-leoneses e galegos, e os mais utilizados – juntamente com (que aqui, aliás, não se documenta) – na área portuguesa antes da introdução e generalização de <lh> (Maia, 1986: 498-499).

	<lh>	<ll>	<l>
Ocorrências	106	3	14
Frequência relativa	86%	3%	11%

Quadro 1: Grafias de /ʎ/

Podemos considerar como verdadeiramente residual a grafia com dupla consoante <ll>: as únicas atestações são *fillastes* (doc. 3, 1287, Santarém), *llos* (doc. 5, 1289, s/l) e *Jullo* (doc. 8, 1292, s/l)⁵.

O uso de <l> para representar a palatal é ligeiramente mais frequente no corpus: contamos com catorze ocorrências de <l> para /ʎ/, mas são bastante menos os lexemas representados (a forma *moler*, por exemplo, repete-se cinco vezes e há várias formas e do verbo “filhar” grafadas com a consoante dupla).⁶

Parece-nos também interessante assinalar aqueles casos em que a nova grafia <lh> vem usada para representar a consoante lateral alveolar /l/. Essas abonações refletem as hesitações expectáveis quando os escribas dominavam simultaneamente o antigo sistema de grafemas e as novas propostas. Trata-se, pois, de formas hipercorretas, ou simplesmente de uma equivalência grafemática: “dado que <lh> e <nh> vieram substituir só parcialmente

⁵ Os dois últimos exemplos são atribuíveis à mão do mesmo escriba, Durão Peres, que produz os documentos em âmbito régio.

⁶ Vários desses exemplos devem-se à mão do notário Durão Peres, o que poderia indiciar um fraco domínio individual destas grafias. Os restantes exemplos pertencem a textos de notários de terras do Vouga e de terras de Basto.

as ambivalentes grafias tradicionais (<l>, <ll> e <n>, <nn>, <ñ>), é natural que inicialmente se produzisse uma equiparação, sendo utilizadas também para representar /l/ e /n/ (e não só os fonemas palatais)” (Souto Cabo, 2002: 375). Nos textos estudados, os exemplos dessas confusões são raros, contando-se apenas sete ocorrências: *chancellor* (doc. 5, 1289, s/l), *aquelhes*⁷, *delha*, *nolha* (doc. 6, 1290, Arouca), *tabelhiõ* (doc. 7, 1291, Vouga), *elhes* (doc. 14, 1295, Alenquer), *aquilho* (doc. 15, 1295, Arouca), em documentos atribuíveis a quatro notários: Durão Peres, Pedro Eanes, Martim Vicente e João Peres.

2.2 Representação da nasal palatal /j/

Os procedimentos para a representação da nasal palatal são mais complexos do que os descritos para a consoante lateral, ainda que o fenómeno de coexistência de soluções seja paralelo. Clarinda Maia (1986: 486 e ss.) enumera, para a grafia da nasal, dez recursos diferentes, recolhidos nos textos medievais galegos e portugueses transcritos na sua obra (e somente cinco para /ʎ/). Desse leque, descobrimos nos nossos textos exemplos de quatro grafias, com uma larga predominância para o uso do grafema complexo <nh> (*conhoscan*, *uinha*, *quinhões*, *apenhore*, *senhor*, etc.), como se pode comprovar no quadro 2. Não aparecem soluções como <ni> ou <nn>, comuns noutras zonas da Península, e apenas num caso se regista a grafia latinizante <gn> (*cognuçuda*: doc.1, 1286, Arouca). Seis formas são indubitavelmente representadas por <ñ>, ocorrendo quase todas no mesmo documento (*seños/señas* (4): doc. 1, 1286, Arouca; *conpoña*: doc. 6, 1290, s/l), e apenas quatro são transcritas com o grafema simples <n>: *uena* (doc. 4, 1288, s/l); *testemona/as* (doc. 4, 1286, s/l e doc. 25, 1303, Terras de Basto).

	<nh>	<n>	<ñ>	<gn> >
Ocorrências	82	4	6	1
Frequência relativa	88%	4%	7%	1%

Quadro 2: Grafias de /j/

Ao contrário do registado para a consoante lateral, não há neste caso o uso de <nh> para /n/, sendo a nasal alveolar quase sempre representada por <n>. Apenas num exemplo

⁷ No caso da forma *aquelhes* é possível, como assinalou Azevedo Ferreira a propósito do alto número de ocorrências de <lh> para as formas do demonstrativo, que tivesse realmente existido em determinado momento/região uma realização fonética com palatal, lembrando que, numa cantiga de Pai Soares de Taveiros, a palavra *aquella* aparece a rimar com *vermella* e *semella* (Ferreira, 1987: 329, nota 35).

CONSIDERAÇÕES SCRIPTOLÓGICAS EM TORNO DE UM PEQUENO CORPUS NOTARIAL
MEDIEVAL

um pouco ambíguo, aquele grafema pode estar a representar a nasal alveolar: trata-se da palavra *Myn^hyo^s* (“meninos”) (doc. 19, 1297, Alenquer).⁸

Algumas lições apresentam uma dificuldade de leitura⁹, ligada a aspetos mais estritamente paleográficos – que também importarão para o estudo da nasalidade vocálica, como veremos adiante – e que se prendem com a interpretação do traço sobreposto, que pode ser entendido como sinal geral de abreviatura ou como marca diacrítica, indicando nasalidade (ou, neste caso, palatalidade). Por exemplo, em formas de leitura ambígua como *qⁱn^o*, *cõpon^a* ou *quⁱn^et^os* não é possível afirmar se o traço representa abreviatura, a palatalidade da consoante ou a nasalidade da vogal, ou se tem, enfim, um carácter polivalente, como defende, por exemplo, Ricardo Pichel.¹⁰

Ainda a propósito das várias leituras do traço, detenhamo-nos nas formas provenientes de étimos com -NĪ-, a partir da observação do lexema TESTEMUNHO (<TESTIMONIUM), vocábulo muito frequente em documentos desta tipologia. Como podemos ver pelas formas recolhidas no quadro 3, aparecem-nos grafias com traço sobreposto (as mais frequentes), e variantes sem qualquer indicação de nasalidade. Recolhemos ainda formas com palatalização (<nh>), e grafias com <n>.

Grafia	Exemplos	Ocorr.
Com traço sobreposto	<i>testemõyo /testemõio /testemõyas/</i>	23
	<i>testemuỹo</i>	4
	<i>testemuyõ/testemuyõ</i> <i>testemuñho/testimuñho/testemuñhas</i>	4
Sem qualquer indicação	<i>testimoyo/testemoyas</i>	8
Com reposição do <n> intervocálico	<i>testemono/testemonas</i>	4
Com <nh>	<i>Testemoynho</i>	2
	<i>Testemnonho</i>	1

Quadro 3: Grafias da palavra *testemunho*

Os exemplos registados no primeiro grupo obrigam-nos também a uma interrogação sobre a natureza do traço sobreposto, que pode ser correspondente a uma sinal

⁸ Consideramos que as duas formas registadas do verbo *ordinhar* correspondem a uma articulação palatal. Este verbo aparece largamente atestado e é aceite pelo *Dicionário Etimológico* (Machado, 2003[1952]) e pelo *Dicionário de Verbos Medievais*.

⁹ Outros casos problemáticos do ponto de vista da interpretação paleográfica aparecem-nos em vocábulos como *dona*, forma que aparece frequentemente grafada com um traço por cima (coexistindo com a forma maioritária *dona*, sem traço; e a forma abreviada *d^ona*, na qual – na senda dos hábitos gráficos latinos – o traço abrevia o -n). No primeiro caso, tal como tem sido defendido, pensamos que o traço não tinha relevância fonética, tratando-se de uma conservação por tradição gráfica, comum em palavras que apareciam muitas vezes abreviadas, ou que tinham realmente em latim a dupla consoante. A mesma opinião expressa Ramón Lorenzo: “debemos ler sempre *dona*, *p^ono*, *ano*, etc. e indicar em nota que levam un trazo superfluo sobre a palabra” (Lorenzo, 2004: 455).

¹⁰ “O carácter polivalente do trazo supralinear (isto é, o uso único da lineta para indicar dous ou mais valores abreviativos e /ou diacríticos) constitui un recurso lóxico e esperable” (Pichel Góterrez, 2012: 95).

de nasalidade vocálica (indicando a síncope do /n/ e nasalização da vogal precedente), ou pode marcar a palatalidade (por abreviatura do <n(h)>).

Alguns autores, como J. Azevedo Ferreira, listam estas diferentes grafias apenas como procedimentos alternativos de representação da palatalidade da consoante nasal (Ferreira, 1987: 331-332). Outros estudiosos, como Clarinda A. Maia, consideram provável que tenham coexistido realmente evoluções divergentes do grupo -NI-, uma, com síncope do /n/ e existência de hiato (grafado com ou sem til), outra com palatalização do grupo latino (Maia, 1986: 494 e 624-625).¹¹

Na mesma linha, devemos ainda considerar o caso de palavras resultantes de étimos em -INU, -INA. Em relação a este ponto, encontramos nos documentos formas com o esperado hiato, decorrente da síncope da nasal intervocálica: *pargam̃yo*, *galã*, *Mar̃ha*, *sobr̃io*, *vez̃ios*, etc. Não se recolhem para esses casos variantes com desenvolvimento da palatal anti-hiática. Por outro lado, aparecem-nos dois exemplos grafados com <nh>, sem correspondente hiático: *Raynha* (doc. 21, 1299, Santarém?), *muynho* (doc. 26, 1303, Covilhã?). Finalmente, para três vocábulos, coexistem nos documentos as duas formas, com til e com <nh>: *ṽyo* / *vynho* (doc. 19, 1297, Aldeia Galega); *Cort̃ial* (doc. 20, 1298, Arouca) / *Cortynhal* (doc. 28, 1304, Arouca) e *ord̃iamos* (doc. 10, 1293, Lisboa) / *ordinho* (doc. 19, 1297, Aldeia Galega).

À vista destes exemplos, seria talvez possível sugerir que a partir de certo momento o til estivesse também a representar uma realização palatal da nasal. De qualquer modo, e dado que, pelo menos desde 1297, encontramos formas com <nh>, estamos de acordo com Maria José Carvalho quando afirma que “o desenvolvimento da consoante nasal palatal entre as duas vogais em hiato (...) se verifica desde os últimos anos do século XIII” (Carvalho, 2006: 444).

3. O sistema de fricativas e sua representação

Tem-se destacado a complexidade e a riqueza do sistema de consoantes sibilantes em português medieval, que conhecia distinções hoje neutralizadas na língua padrão contemporânea. As oposições existentes e as grafias típicas de cada um dos fonemas estão sintetizadas no Quadro seguinte, onde se apresentam exemplos retirados dos documentos estudados.

¹¹ Esta questão é ainda discutida, entre outros, por Rodrigues Guerra e Xavier Varela (2007: 500), que sublinham a ocorrência da forma *estr̃aya* nas Cantigas de Santa Maria, em posição de rima com *Bretanna/companna* (formas em que o duplo <nn> estaria a representar a palatal).

CONSIDERAÇÕES SCRIPTOLÓGICAS EM TORNO DE UM PEQUENO CORPUS NOTARIAL
MEDIEVAL

Consoantes surdas	Grafias típicas	Exemplos	Consoantes Sonoras	Grafias típicas	Exemplos
Fricativa apicoalveolar /s/	<s> <ss>	<i>Saude,</i> <i>sempre,</i> <i>possa, desse</i>	Fricativa apicoalveolar /z/	<-s>	<i>Usauel,</i> <i>cousa, casal</i>
Africada pré-dorso-alveolar /t̪s/	<ç> <c> ^{e,i}	<i>Terças,</i> <i>cincoenta,</i> <i>tecelã</i>	Africada pré-dorso-alveolar /d̪z/	<z>	<i>Prazimento</i> <i>Vizios,</i> <i>trezêtos</i>
Fricativa dorso-palatal /ʃ/	<x>	<i>Freyxeeiro</i> <i>leyxedes,</i> <i>Seyxo</i>			
Africada pré-dorso-palatal /t̪ʃ/	<ch>	<i>chamaua,</i> <i>achar,</i> <i>Sancha</i>	Fricativa pré-dorso-palatal /d̪ʃ/	<j> (ou <i, y>) <g>+V	<i>monja</i> , <i>Jorge, mōge,</i> <i>mûgas</i>

Quadro 4: O sistema de sibilantes medieval: grafias típicas

Olharemos mais demoradamente, neste trabalho, para aqueles procedimentos que servem à representação das fricativas pré-dorsais e apicoalveolares¹². Quanto a estas últimas, como era comum na documentação da época, a fricativa surda /s/, quando em início de palavra, figura como <s>¹³ (tal como apresentado no quadro 4), ou como <ss> (*ssi*: doc.4, 1288, Santarém; *ssayrrõ*: doc. 5, 1289, Lisboa; etc.), sendo no entanto a grafia simples muito mais frequente do que a dupla (Quadro 5). Em posição intervocálica, surge quase sempre a consoante dupla <ss>, e só em 6% dos casos o <s> simples intervocálico aparece com valor de fricativa desvozeada: *abadesa* (doc. 2, 1287, Lisboa), *asy* (doc. 25, 1303, Atei), *pesõas* (doc. 18, 1297, Arouca), etc.

¹² Não nos deteremos aqui no estudo dos fonemas palatais. Notemos apenas que a fricativa pré-palatal surda, /ʃ/, adota, nestes textos, e como é comum desde os primeiros documentos, o grafema <x>, ainda que essas formas sejam raras (registamos apenas seis ocorrências). Encontramos, como única exceção a essa regularidade, a palavra *queyssaria* (doc. 4, 1288, s/l), que pode talvez plasmar uma grafia etimológica. No que diz respeito à africada pré-palatal surda /t̪ʃ/, ela é regularmente transmitida pelo grafema complexo <ch>.

Para a correspondente sonora /ʒ/, contudo, os resultados são mais diversificados. De facto, encontramos nos textos a habitual grafia <j> (e os alógrafos <i> e <y>), a par da grafia <g> seguido de vogal. É mais frequente uma distribuição próxima da atual, isto é: <j> antes de <a, o, u> e <g> antes de <e, i>, mas não há ainda uma uniformização deste uso, sendo o <g> também usado com valor de palatal antes de vogal não-anterior. Num caso apenas, aparece-nos a grafia <jh>: *iheraçõ* (doc. 27, 1303, Toiando).

¹³ Não distinguimos na nossa transcrição o “s” alto <ʃ> do chamado de dupla curva <ç>. No entanto, podemos assinalar que este último alógrafo só aparece em final absoluto de palavra, enquanto o primeiro ocupa todas as posições (inicial, interior, e final).

	Posição inicial		Posição intervocálica	
	Ocorrência	Frequência	Ocorrência	Frequência
<s>	747	90%	23	6%
<ss>	50	10%	351	94%

Quadro 4: Representação gráfica da consoante fricativa apicoalveolar surda

A apical sonora, que só ocorre em contextos intervocálicos, é, ao inverso, maioritariamente grafada com <s> (Quadro 6). Apenas vinte e oito vocábulos em que ocorre a consoante sonora são escritos com <ss>, como por exemplo: *luytossa* (doc. 13, 1294, Arouca), *prissença* (doc. 14, 1295, Aldeia Galega), *freguessia* (doc. 23, 1302, Vouga), etc.

	Posição intervocálica	
	Ocorrências	Frequência
<s>	630	96%
<ss>	28	4%

Quadro 5: Representação gráfica da consoante fricativa apicoalveolar sonora

Como se vê, ambos os procedimentos, grafia simples e dupla, serviam a marcar os dois fonemas, surdo e sonoro, este último apenas em posição intervocálica. Em princípio, esta confusão é meramente gráfica, prendendo-se com tradições instaladas. De facto, parece-nos claro, como já apontou Clarinda Maia (1986: 467), que o uso da grafia dupla em contexto onde esperaríamos a grafia simples não se pode explicar com a possibilidade de confusão fonética com a sibilante sonora, como propõem alguns editores galegos¹⁴ que veriam aí indícios de ensurdecimento do /z/, fenómeno que se verifica no galego mas que nunca se deu no português.¹⁵

¹⁴ Ramón Lorenzo, por exemplo, fala na “total destrucción da oposición s/z” nos exemplos de oscilação entre <ss> e <s> e entre <z> e <ç> (Lorenzo, 1995: 234).

¹⁵ Efetivamente, como sublinha Souto Cabo “ a documentação portuguesa (...) revela, com uma frequência relativamente elevada, exemplos do mesmo tipo [de confusão entre grafemas sibilantes], o que invalida a interpretação referida para os documentos a norte do Minho. (...) Estamos perante mais um testemunho da movência gráfica, amiúde de base latinizante, característica da escrita do período” (Souto Cabo, 2008: 19).

CONSIDERAÇÕES SCRIPTOLÓGICAS EM TORNO DE UM PEQUENO CORPUS NOTARIAL
MEDIEVAL

A este propósito, a Autora defende ainda que, durante a época medieval, “os textos notariais portugueses (...) não revelam uma ortografia claramente distinguidora de -s- e -ss-” (Maia, 1986: 467), havendo apenas uma tendência na frequência de uso dos grafemas. No entanto, pelo menos no âmbito do corpus agora em estudo, a desproporção de frequência verificada parece indicar uma clara tendência para a sistematização e distinção entre grafia das surdas e sonoras, que só se viria a consolidar definitivamente séculos mais tarde.¹⁶

Quanto às sibilantes pré-dorsais, a situação é mais homogênea. Como foi apresentado no quadro 4, o grafema <z> representa a consoante pré-dorsal sonora /((d)z/, ao passo que a surda correspondente, /((t)s/, aparece como <ç> ou <c>^{e, i}, tratando-se em geral de uma distribuição bastante uniforme.

Existem no entanto uns (poucos) casos que são exceção ao panorama apresentado, situações de oscilação em que encontramos grafias diferentes das esperadas (de acordo com a sua procedência etimológica/grafia típica). Recolhemos todas essas ocorrências no quadro seguinte.¹⁷

¹⁶ “É possível que a generalização da distinção gráfica só se tenha difundido no decorrer do século XVI” (Maia, 1986: 467).

¹⁷ Um outro caso de oscilações gráficas que nos cabe referir, mas para cuja discussão dispomos de pouquíssimos dados, prende-se com a representação da sibilante em coda silábica. Nesta posição, além da típica representação com <s>, localizamos a grafia <x> nas formas *sex* (doc. 14 e 24), *seix* (doc. 20), e *extraiha* (doc. 26 – que podem ser explicadas por uma motivação etimológica; *dex* (doc. 19), talvez por analogia com *sex*; e no topónimo *Lixbõa* (onze ocorrências). Também registamos a oscilação entre <s> e <z> em numerosos patronímicos (*peres/perez*, *rodriguiz/rodrigues*, etc.). No entanto, “no que se refere aos patronímicos, o uso da grafia -s por -z nem sempre seja necessariamente indicador de confusão fonética, pois nalgumas zonas peninsulares parece ter existido o costume, simplesmente gráfico, de em formas dessa natureza empregar -s por -z” (Maia 1986: 455). Cabe interrogar, a partir desta equivalência de <s> com <x>, a natureza do /s/ implosivo: estaremos perante uma articulação alveolar ou palatal? Tentando responder a esta questão, e analisando exemplos em posição de rima na poesia coetânea aos documentos, Clarinda Maia toma como “muito verosímil que, desde o período galego-português, -s, -z, e -x em final de palavra tivessem (ou melhor, pudessem ter) pronúncia palatal, do mesmo modo que -s e -x quando a entravam uma sílaba interior (Maia, 1986:462).

	Exemplos	Doc.	Ano	Notário/Local
<z> por /z/ (tipicamente grafado <s>)	<i>freighizia;</i> <i>quizer</i>	7	1291	Martim Vicente (Vouga)
	<i>Meza</i>	19	1297	Mem Domingues (Alenquer)
<z> por /ts/ (tipicamente grafado <ç>)	<i>Doazõ</i>	17	1296	Martim Peres (régio)
<ç>/<c> por /s/ (tipicamente grafado <s/ss>)	<i>Despença</i>	4	1288	n/i
	<i>naseçidades*</i>	16	1296	Pasqual Anes (Gaia)
	<i>çousa;</i> <i>cepultura</i>	19	1297	Mem Domingues (Alenquer)
	<i>Suçeçores</i>	24	1303	Almoster
	<i>suseçõ (2)*</i>	28	1304	Arouca
<s>/<ss> por /ts/ (tipicamente grafado <ç>)	<i>Assima</i>	14	1295	João Peres (Alenquer)
	<i>naseçidades*</i>	16	1296	Pasqual Anes (Gaia)
	<i>suseçõ (2)*</i>	28	1304	Arouca

Quadro 6: Confusões gráficas na representação de sibilantes

A maior parte dos autores consideram que exemplos deste tipo nos permitem concluir que o processo de simplificação do sistema de sibilantes – que se deu no galego e no português - já teria começado no século XIII. Essa simplificação tem dois momentos principais, como se sabe: a primeira fase, comum ao português e ao galego, corresponde à passagem das africadas pré-dorso-alveolares /t͡s/ e /d͡z/ a fricativas (/s/ e /z/), por perda do elemento oclusivo inicial, transformação que já estaria em curso no período em estudo (Maia, 1986: 438-439). Os momentos seguintes desse processo são divergentes para o galego, que sofrerá a perda da oposição entre as surdas e sonoras, e para o português, no qual se dará a redução do sistema a dois elementos, por neutralização da oposição entre dorsais e apicoalveolares. Na norma do português contemporâneo, essa redução deu-se em favor da articulação pré-dorsal.¹⁸

Lindley Cintra (1963: 72-74), e também Clarinda Maia (1986: 451) chamam a atenção para o facto de que esta inovação (a confusão em pré-dorsais de sons inicialmente diferentes) só afeta os falares meridionais numa primeira fase e só se atesta nos documentos dessa região. Contudo, Esperança Carneira, a partir dos textos editados por Ana Maria Martins (2001), conclui da “existência, desde cedo, de uma instabilidade

¹⁸ No entanto, como mostrou L. F. Cintra (1971), encontramos ainda no português atual a prevalência da articulação apical, num grupo dialetal setentrional (baixo-minhoto-duriense-beirão), e mesmo a conservação das quatro sibilantes medievais (no grupo transmontano-alto-minhoto).

generalizada no sistema de sibilantes que se expressa graficamente quer na documentação de Lisboa quer na do Noroeste. Ou seja: se a região de Lisboa foi um foco de neutralização, então o Noroeste também o foi”, propondo que a simplificação se terá dado simultaneamente nas duas regiões: no norte, no sentido da redução a duas apicoalveolares e no sul, a duas pré-dorsais (Cardeira, 2003:141).

Nos textos aqui estudados, como dissemos, os exemplos encontrados são francamente escassos para qualquer conclusão satisfatória, mas realcemos que as confusões gráficas não se limitam aos documentos do centro-sul (como se pode verificar no quadro 7).

4. Representação da nasalidade

4.1 Vogais nasais resultantes da síncope do -N intervocálico

Quanto à análise dos procedimentos empregues para marcar o carácter nasal das vogais, vejamos em primeiro lugar as soluções usadas para indicar nasalidade decorrente da queda de um -N- intervocálico latino. Os resultados encontrados nos nossos documentos correspondem mais uma vez aos coligidos por diferentes autores (por exemplo, Souto Cabo, 2004: 368-369). Em primeiro lugar, e de um modo largamente maioritário, encontramos o uso do traço sobreposto (til) – *fírmidõe, tabaliões, algũus, dõar, terrẽo, hũa*, etc. Inventariam-se também várias lições em que não ocorre qualquer marca de nasalidade: *hirmaos* (doc. 19, 1297, Aldeia Galega), *Martiiz* (doc. 3, 1287, Santarém), *meores* (doc. 26, 1303, Covilhã), etc.; ou em que há apenas a presença de plicas, tipicamente usadas para marcar a existência de grafemas geminados: *domáá* (doc. 11, 1293, Arouca), *irmáá* (doc. 17, 1296, Guimarães), *béés* (doc. 27, 1303, Toiando).¹⁹ Apenas por três vezes, e sempre no artigo indefinido, há manutenção de <n> para indicar a nasalidade (*uno, una*).

Em alguns dos casos em que não ocorre marca de nasalidade, podemos nos interrogar se estamos perante indícios de desnasalização vocálica (que se deu no galego mas que no português apenas atingiu algumas palavras). De facto, listamos vários pares de vocábulos que ocorrem no corpus simultaneamente com e sem marca de nasalidade explícita: *tẽor* (7) *lteor* (4); *mõesteyro* (9) *lmoesteiro* (50) / *moosteiro* (2)²⁰; *pessõas*

¹⁹ Sobre alguns vocábulos, mais raramente, ocorrem ambos os sinais: as plicas e o traço.

²⁰ No caso de *moesteiro*, é interessante notar que já encontramos formas que parecem indicar uma articulação com assimilação fonética (*moosteiro*).

(18)/*pessoas* (10)²¹; *terreiro* (6) *lterreo* (7); *mão/mao*; etc. [os valores depois do exemplo referem-se ao número de ocorrências]. A elevada frequência de formas sem sinal de nasalidade, assim como o facto de se tratar (em vários casos) de palavras que resultaram efetivamente em formas desnasalizadas no português de fases posteriores, e, sobretudo, os dados da história do galego, poderiam indicar que havia efetivamente um processo de desnasalização em curso neste período.

4.2 Vogal com marca de nasalidade antes de consoante ou em final de palavra

Mais complexa é a consideração das formas em que ocorre vogal com marca de ressonância nasal em posição implosiva (final de palavra ou final de sílaba dentro de palavra). Nessas posições, encontramos dois tipos de representação: vogal com traço sobreposto (*pã, tabaliõ, cãpo, môte, quãtos, cõvêto*, etc.) e vogal seguida dos grafemas <n> (*tabalion, possan, convento, monje, pendente, longo*, etc) ou <m> (*doãçom, Martim, limpo, ambos*, etc.).²²

A equivalência destas grafias é geralmente aceite, mas o estatuto fonológico das vogais envolvidas, e portanto, o que essas grafias estão a representar, não tem sido objeto de consenso entre os investigadores. Ramón Lorenzo resume assim a questão central em debate: “estamos realmente na presencia dunha vocal oral seguida dunha consoante nasal ou temos que admitir que a lingua medieval tiña nestes casos desde o séc. XIII unha vocal nasal e que o *til*, o *n* ou o *m* son simples representacións gráficas desa nasalidade precedente?” (Lorenzo, 1988: 296).

De um modo geral, como sublinha o filólogo, a maioria dos estudiosos portugueses, assim como os editores italianos dos cancioneiros tem sempre optado pela segunda leitura – considerando que estamos perante vogais nasais. Clarinda Maia, por exemplo, analisando o seu corpus notarial, conclui que “o facto de se tratarem de processos gráficos perfeitamente equivalentes e alternantes permite-nos concluir que *-m* e *-n* não tinham, quando a entrar uma sílaba, os valores de nasal bilabial e nasal alveolar, respectivamente, sendo apenas processos gráficos de assinalar a nasalidade” (Maia, 1986: 321- 322).

Pelo contrário, os filólogos galegos defendem o estatuto consonântico dos grafemas <m> e <n>, considerando, ao invés, o “*til*” como sinal de abreviatura. Como resume

²¹ Já J. Huber considera que “na sequência dos sons -ONA parece ter havido originariamente nasalização, seguida, porém de uma desnasalização ainda na época do português antigo (...) *persona*>*pessoa* (Huber, 1986: 64).

²² Em alguns casos muito raros, aparecem-nos formas sem qualquer vestígio da nasal (*marti, entedimento, pendete*), em que não podemos excluir um erro/falta do copista.

Mariño Paz, seguindo a proposta já avançada pelo Prof. Lorenzo: “eu non creo que no galego medieval se formasen vocais nasais fóra dos contextos em que houbo nasalización vocalica anticipatoria con eliminación do *-n-* intervocálico ou nasalización progresiva. Non creo, portanto, que se formasen vocais nasais nos contextos em que unha vocal ía trabada por consoante nasal implosiva, interna (ACCENDO > *acendo*, LIMPIDU > *linpo*) ou final de palabra (CANE > *can*, AMANT > *aman*, LATRŌNE > *ladron*); ora ben, ó mesmo tempo que afirmo que nestes contextos as vocais deberon de adquirir desde antigo certa resonancia nasal, mais sen que se chegase a eliminar a coda silábica consonántica. Nestas posicións o til de nasalidade a miúdo empregado nos textos medievais (...) debía de ser simplemente un recurso para representar a consoante nasal implosiva e, por tanto, unha opción gráfica alternativa ás representadas por <-n> e <-m>” (Mariño Paz, 2002: 73-74).²³

Para iluminar esta cuestión, Ramón Lorenzo chama a atención para a situación do galego actual, em oposição à do português: “en posición implosiva interna temos sempre vocal + consoante nasal velar [ŋ] (que pode toma-lo punto de articulación da consoante seguinte). (...) Resumindo, hai unha clara diferenca entre a forte nasalización das vocais en portugués (...) e a falta de nasalidade no galego” (Lorenzo, 1988: 292-293), concluindo que “o galego conserva tódalas formas medievais sen alteración de ningunha clase (ou, em todo o caso, co único cambio da consoante nasal alveolar en velar) e que, polo tanto, o portugués primitivo também tiña esta mesma pronuncia, que seria a propia, num principio, de todo o Centro e Occidente peninsular” (Lorenzo, 1988, 313).²⁴

Talvez esta questão não tenha uma solução consensual, mas acreditamos que qualquer resposta aceitável terá de partir da análise de corpora extensos editados com critérios filológicos rigorosos e que tenham por base uma cuidada reflexão paleográfica e grafemática. Os poucos documentos aqui estudados serão certamente material insuficiente para essa análise. Apesar disso, detenhamo-nos sobre alguns dados que deles podemos retirar.

²³ Quanto à leitura do traço sobreposto como abreviatura (de <m> ou <n>, neste caso), ou como marca de nasalidade vocálica, convém lembrar que este último uso era desconhecido até meados do século XIII, sendo a nasalidade vocálica (resultante da queda do *-n-* intervocálico) marcada explicitamente por <n> ou pela ausência de sinal. (Souto Cabo, 2008:16). Também o paleógrafo Eduardo Borges Nunes não considera que o til represente sempre nasalidade: “Eles [os filólogos portugueses] falam do til, desde o século XII, como o de um sinal directo de nasalização, em alternativa e igualdade com o “m” e o “n”. Eu considero-o durante todo o âmbito cronológico deste *Álbum*, como um simples sinal geral de abreviatura (Nunes, 1969 apud Lorenzo, 1988: 309). De facto, “a reconversão do sinal abreviativo geral com essa função diacrítica parece ter sido, em boa medida, uma inovação do período em análise (1257-1269) e, como se sabe, acabará por ser normal no resto da Idade Média” (Souto Cabo, 2004: 369). No momento em que os nossos textos são produzidos, convergem, pois, sob a mesma marca gráfica a representação das duas realizações: abreviatura e nasalidade.

²⁴ Clarinda Maia propõe o percurso contrário, postulando uma situação primitiva comum com vogais nasais: “refiro-me à perda [na história da língua galega] do carácter nasal das vogais vulgarmente chamadas vogais nasais: a antiga vogal nasal aparece agora desdobrada em vogal + consoante nasal” (Maia, 1986: 389).

Em primeiro lugar, parece-nos interessante distinguir a representação de vogais com travamento nasal quanto à sua posição: em final absoluto ou em interior de palavra. Os dados do nosso corpus, tal como apresentados no gráfico 1, podem sugerir uma diferença entre os dois grupos, já que parece haver uma tendência para uma especialização das grafias (com til ou com consoante) para cada uma das posições. Estes dados não implicam necessariamente, contudo, uma diferenciação na qualidade dos fonemas representados, podendo tratar-se apenas de uma característica de natureza paleográfica.

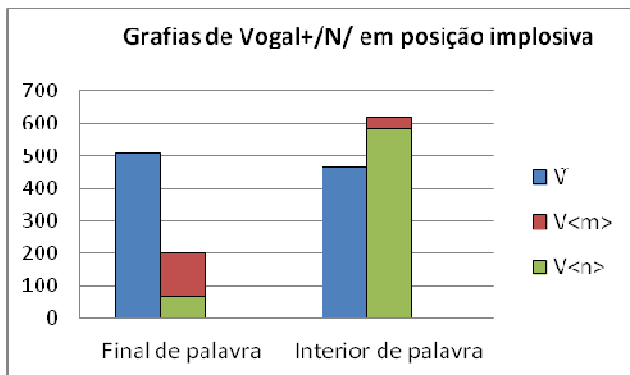


Gráfico 1: Número de ocorrências das diferentes grafias para a representação de vogal e arquifonema nasal em posição implosiva.²⁵

Quanto à posição final de palavra, parece haver uma clara preferência pela utilização do traço/til. Quando marcadas por consoante, são maioritárias as formas com <m> (e não <n>)²⁶. Segundo a nossa análise, não há diferenças significativas a assinalar no que diz respeito ao timbre da vogal.

Como sabemos, as diferentes terminações nasais evoluíram no português para uma realização ditongada, convergindo /oN/ e /aN/ para a articulação [ãw̃] (na norma-padrão).²⁷ Segundo alguns autores, este processo já estaria a dar-se no século XIII, o que seria provado por formas em que <ã> e <õ> aparecem como equivalentes (Cintra, 1963: 75-77). Os nossos textos não apresentam indícios de convergência, mantendo em geral as grafias de <õ, on, om> para os derivados de formas latinas terminadas em -ONE ou -UNT, <ã/am/an> resultado da evolução de -ANE ou -ANT, e <ão> para a terminação -ANU.

²⁵ Para a contabilização destas representações não foram consideradas as preposições “em” e “com”.

²⁶ “Quando a consoante nasal termina a palavra, a grafia mais comum foi por muito tempo -n . Porém, desde o período do galego-português medieval, começam a aparecer grafias em -m (...). É esta grafia em -m que se vai generalizar em português”. (Teysier, 1982: 28).

²⁷ A discussão sobre a cronologia e percurso da evolução destas terminações em português, aparece resumida no artigo já citado de R. Lorenzo (1988: 316 e ss.). Outros autores retomam o debate, adotando diferentes perspectivas: em Martins (1995), enquadra-se o problema a partir da questão dialetal, Parkinson (1997) apresenta uma leitura do assunto dentro da teoria fonológica.

CONSIDERAÇÕES SCRIPTOLÓGICAS EM TORNO DE UM PEQUENO CORPUS NOTARIAL MEDIEVAL

No que se refere à posição interior de palavra, como se viu, a primazia parece ser dada à grafia com vogal seguida de <n> (ainda que não haja uma tão grande disparidade em relação à grafia com til, como aquela observada para a posição final). Não encontramos dados significativos no que respeita à natureza da vogal, embora a análise indique que o <e> aparece mais vezes grafado com til do que com <m>/<n>, ao contrário do que acontece com as outras vogais.

Quanto à natureza da consoante seguinte, os dados também não são muito conclusivos. A análise do gráfico 2 permite-nos observar que o contexto em que aparece mais vezes a vogal com (qualquer) marca de nasalidade é antes de oclusiva dental (/t/ e /d/). Também vemos que a representação <m> é limitada ao contexto de bilabial (o que se entende de uma perspetiva etimológica). Apenas uma ocorrência, *presentes* (doc.19, 1297, Alenquer), foge a esta regra.

Podemos tirar alguma conclusão a partir desse exemplo isolado? Estaria este uso a indiciar uma equivalência entre as grafias ou, pelo contrário, a escassez de exemplos de <m> fora do contexto bilabial seria precisamente um sinal da existência de uma distinção articulatória concreta? Naturalmente, uma resposta minimamente válida a estas questões terá de passar, reiteramos, pela apreciação destes procedimentos à luz da consideração de um grande número de dados.

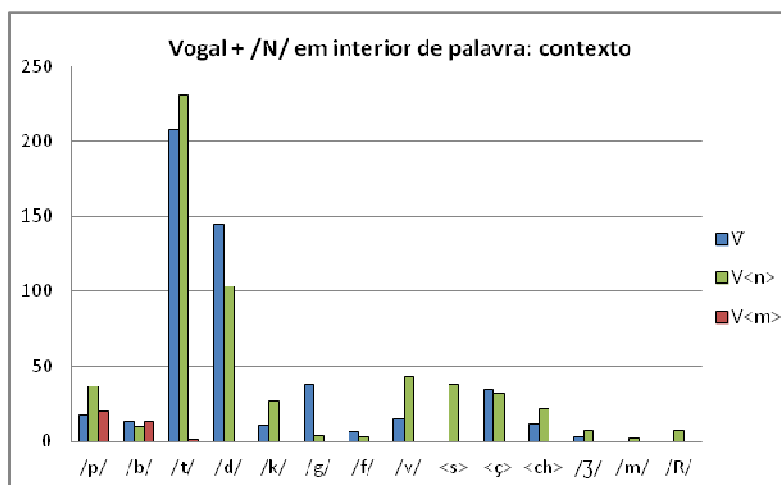


Gráfico 2: Número de ocorrências das diferentes grafias para a representação de vogal e arquifonema nasal em posição implosiva interna- contexto consonântico

5. Conclusões?

Como temos repetido, as restrições do nosso corpus não permitem mais do que tentar confirmar, para cada um dos aspetos analisados, as propostas que têm sido feitas pelos diversos autores, aspirando a contribuir para a construção de um quadro cada vez mais minucioso dos fenómenos linguísticos da época em estudo.

No que respeita à representação das consoantes palatais e das sibilantes, vimos como o corpus, apesar da dispersão geográfica, apresenta uma significativa sistematização dos procedimentos gráficos que se viriam a consolidar na norma “ortográfica” portuguesa.

No que diz respeito à marcação vocálica, chamamos a atenção para a consideração das pistas do galego, e sobretudo para a necessidade de uma interrogação dos dados paleográficos, em corpora o mais extensos possíveis, sem a qual uma compreensão rigorosa do sistema fonológico medieval não será possível.

Referências

- Afonso, M. (2010) *Documentos do Mosteiro de Arouca (1286-1305): edição, estudo linguístico e glossário*. Dissertação para obtenção do Diploma de Estudos Avançados, Universidade de Santiago de Compostela.
- Cardeira, E. (2003) Alguns dados sobre o sistema de sibilantes do português. In Ivo Castro e Inês Duarte (eds.) *Razões e emoção. Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mateus*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, pp. 129-145.
- Carvalho, M. J. (2006) *Documentação Medieval do Mosteiro de S^a M^a de Alcobaça (séc. XII-XVI) - Edição e Estudo Linguístico*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- Carvalho, M. J. (2011) Duas inovações num corpus medieval: simplificação do sistema de quatro sibilantes e neutralização da oposição fonológica b/v. In *Textos Seleccionados, XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, pp. 140-152.
- Cintra, L. F. L. (1963) Observations sur l'orthographe et la langue de quelques textes non littéraires Galiciens-Portugais de la 2^e moitié du XIII^e siècle. *Revue de Linguistique Romane* 27, pp. 59
- Cintra, L. F. L. (1971) Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses. *Boletim de Filologia* 2-77.2, pp. 81-116
- Dicionário de Verbos do Português Medieval*. Disponível em: <http://cipm.fcsb.unl.pt/>
- Ferreira, J. de A. (1987) *Afonso X -Foro Real*. Lisboa: INIC, vol. 1 (Edição e Estudo Linguístico).

CONSIDERAÇÕES SCRIPTOLÓGICAS EM TORNO DE UM PEQUENO CORPUS NOTARIAL
MEDIEVAL

- Huber, J. (1986) [1933] *Gramática do Português Antigo*. Trad. portuguesa. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lorenzo, R. (1988) Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo –ão en portugués. In Dieter Kremer (ed.) *Homenagem a Joseph M. Piel*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 289-326.
- Lorenzo, R. (1995) Alguns datos sobre a evolución das sibilantes medievais. In Cilene C. Pereira e Paulo D. Pereira (orgs.) *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 231-237.
- Lorenzo, R. (2004) Edición de documentos medievais: problemas que presentan algunhas abreviaturas. In *(Dis)cursos da Escrita. Estudos de Filoloxia Galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*. Santiago de Compostela: Instituto de Língua Galega, pp. 449-459.
- Machado, J. P. (2003) [1952] *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 8ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Maia, C. de A. (1986) *História do Galego Português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Maia, C. de A. (1988) Algumas questões scriptológicas relativas à prosa documental galego-portuguesa. In Dieter Kremer (ed.) *Homenagem a Joseph M. Piel*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, pp. 327-347.
- Mariño Paz, R. (2002) A desnasalización vocálica no galego medieval. *Verba* 29, pp. 71-118.
- Martins, A. M. (1995) A evolução das vogais nasais finais [ã], [õ], [ẽ] no português. In Cilene C. Pereira e Paulo D. Pereira (orgs.) *Miscelânea de Estudos Linguísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, pp. 617-646.
- Martins, A. M. (2001) *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Nunes, E. B. (1969) *Álbum de Paleografia Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- Pichel Góterrez, Ricardo (2012) A representación gráfica da nasalidade vocálica e do trazo palatal no galego antigo e o seu tratamento editorial. *Estudios de Lingüística Galega* 4, pp. 87-106.

- Parkinson, S. (1997) Aspectos teóricos da história das vogais nasais portuguesas. In *Actas do XII Encontro da APL*. Lisboa: Colibri, pp. 253-272.
- Rodríguez Guerra, A. & Varela, X. (2007) As graffias no Cancioneiro da Ajuda. In Ana I. Boullón Agrelo (ed.) *Na nosa lyngoage galega: a emerxencia do galego como lingua escrita na Idade Media*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/ Instituto da Lingua Galega, pp. 473-577.
- Souto Cabo, J. A. (2002) Fixação e evolução dos usos romances no séc. XIII: a documentação de S^a M^a de Alcobaça. In *Homenaxe a Fernando R. Tato Plaza*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, pp. 363-376.
- Souto Cabo, J. A. (2004) A transição scriptográfica na produção documental portuguesa de 1257 a 1269. In Ana Maria Brito, Olívia Figueiredo e Clara Barros (orgs.) *Linguística Histórica e História da Língua Portuguesa*. Porto: DEPER/FLUP, pp. 361-383.
- Souto Cabo, J. A. (2008) *Documentos galego-portugueses dos séculos XII e XIII*. Coruña: Universidade da Coruña.